SEM VIAS ALTERNATIVAS NÃƒO PAGAMOS PORTAGENS, NEM COM DESCONTOS!

11-Jul-2010

Â Â OpiniÃ£o

Texto de Carlos Vieira e Castro

A votaÃ§Ã£o, na passada sexta-feira, da apreciaÃ§Ã£o parlamentar do decreto-lei que cria as portagens, pedida pelo PCP e pelo BE, mostrou que PS e PSD estÃ£o a tocar a quatro mÃ£os, num piano desafinado, com o apoio do CDS, orgulhosamente sentado ao seu lado a virar-lhes as pautas rasuradas. De facto, com as abstenÃ§Ãµes do PSD e do CDS, bastou os votos contra do PS para derrotar a pretensÃ£o dos partidos da esquerda, que sÃ£o os Ãºnicos a defender as justas reivindicaÃ§Ãµes das populaÃ§Ãµes que estÃ£o contra o pagamento de portagens nas SCUTs que nÃ£o tÃªm vias alternativas, como Ã© o caso da A25 e da A24 que servem a nossa regiÃ£o.Â

Â Â Â Passos e SÃ³crates, farinha do mesmo saco, escoram-se mutuamente. Passos dÃ¡ uma mÃ£ozinha ao governo para que nÃ£o caia cedo de mais (jÃ¡ que a crise veio para ficar) e tenha que ser o PSD a fazer o papel de mau da fita, e SÃ³crates retribui deixando que o lÃ-der laranja pareÃ§a o vice-primeiro ministro. Â Â

Mas, o PSD fica muito mal no retrato. O governo, depois da trapalhada das isenÃ§Ãµes em 46 concelhos, cedeu Ã s propostas do PSD, que acordou com o PS negociaÃ§Ãµes no sentido de cobrar portagens em todas as SCUTs, limitando-se a isentar as populaÃ§Ãµes e empresas locais nas primeiras dez passagens e a fazer descontos de 15 por cento a partir daÃ-, mas apenas atÃ© 1 de Julho de 2012, e sÃ³ nos concelhos que fiquem a menos de 20 km das auto-estradas. A partir de 2012, os descontos sÃ³ sÃ£o aplicados nos concelhos com um PIB de 80%, no mÃ¡ximo, da mÃ©dia nacional.

Â Â Â Trata-se de um verdadeiro imposto encapotado. DaÃ- que jÃ¡ haja autarcas e deputados de ambos os partidos do bloco central a distanciarem-se das respectivas direcÃ§Ãµes partidÃ¡rias.

Â Â Â A Assembleia Municipal de Vila Real aprovou uma moÃ§Ã£o contra o pagamento de portagens na A24, com votos de todos os partidos, PS, PSD, CDS, BE e CDU, e 20 votos contra, incluindo o do presidente da AM, Pedro Passos Coelho, que se justificou por ser contra as isenÃ§Ãµes para residentes,Â sÃ³ admitindo o â€œpagamento diferenciadoâ€•, ou seja, com descontos.

Â Â Â TambÃ©m os dirigentes locais do PSD, de Almeida Henriques a Fernando Ruas, dizem que todos devem pagar portagens, defendendo antes uma â€œdiscriminaÃ§Ã£o positivaâ€• para as populaÃ§Ãµes e empresas locais nas SCUTs cujos traÃ§ados, como Ã© o caso da A25 e da A24, se sobrepuseram aos IPs. Note-se que a A25 Ã© a SCUT que tem mais quilÃ³metrosÂ sobrepostos Ã via que substituiu,Â o IP5.

Â Â Â Agora, porÃ©m, ficamos todos a saber que a â€œdiscriminaÃ§Ã£o positivaâ€• defendida pelo PSD quer dizer descontos. Mas, com descontos ou sem descontos, o resultado Ã© tudo menos positivo. AlÃ©m de negativo Ã© discriminatÃ³rio. Porque, ao privarem as populaÃ§Ãµes do seu direito Ã livre mobilidade, estÃ£o a condenar a regiÃ£o ao subdesenvolvimento. As portagens, ainda que com descontos, serÃ£o sempre um desincentivo Ã circulaÃ§Ã£o de pessoas e mercadorias pelas regiÃµes mais desertificadas do interior. A economia da regiÃ£o irÃ¡ ressentir-se, nÃ£o sÃ³ pelo aumento dos preÃ§os dos transportes, como dos custos de produÃ§Ã£o, que irÃ£o onerar os preÃ§os ao consumidor.

Â Â Â O PSD utilizou um truque, uma manobra de

prestidigitaÃ§Ã£o, ao adaptar o princÃ-pio do â€œpoluidor-pagadorâ€•, aplicÃ¡vel a quem comete um crime contra o ambiente, ao que chamou â€œo princÃ-pio do utilizador-pagadorâ€•. Este â€œprincÃ-pioâ€• deriva da ideologia neoliberal que levou o mundo Ã actual crise financeira e social e mais nÃ£o pretende do que acabar com o Estado Social, ou seja, com a universalidade dos serviÃ§os sociais, garantidos a todos os cidadÃ£os pelo dinheiro dos impostos. A justiÃ§a social comeÃ§a por aÃ-, pela cobranÃ§a de impostos de acordo com a riqueza de cada um. Mas, o que os neoliberais querem Ã© que continue a fuga aos impostos (por isso nÃ£o querem acabar com os â€œoff-shoreâ€•) e que sÃ³ quem utilize os serviÃ§os pÃºblicos (hospitais, escolas, lares de idosos) Ã© que pague esses serviÃ§os. O resultado seria a descapitalizaÃ§Ã£o dos serviÃ§os pÃºblicos, jÃ¡ que os ricos seriam, na sua maioria, tratados nos hospitais privados e mandariam os filhos estudar nas escolas privadas (embora, por vezes, prefiram a superior qualidade das pÃºblicas). O truque passa pela transposiÃ§Ã£o da criminalizaÃ§Ã£o do poluidor para o utilizador. Mas o Ãºnico crime, aqui, Ã© cobrar dinheiro pelo direito Ã livre circulaÃ§Ã£o dos cidadÃ£os.

Â Â Â NÃ£o pagamos! Sem vias alternativas, nÃ£o pagamos!